



ESTADOS UNIDOS

Biden tira 37 presos do corredor da morte

A menos de um mês do fim de seu mandato, presidente comuta sentenças em penas de prisão perpétua, "sem possibilidade de liberdade condicional". Os três prisioneiros que não foram beneficiados praticaram massacres

Onze dias depois de editar o maior pacote de clemência a condenados da história moderna dos Estados Unidos, o presidente Joe Biden comutou, ontem, as penas de 37 dos 40 sentenciados à morte pela Justiça Federal do país. Os réus, agora, cumprirão prisão perpétua "sem possibilidade de liberdade condicional", explicou o democrata em um comunicado divulgado pela Casa Branca. Os três presidiários que permanecem no corredor da morte estão envolvidos em massacres.

A medida foi tomada a menos de um mês do retorno de Donald Trump à Presidência — o republicano, que pretende ampliar a possibilidade de execuções, não poderá reverter a medida. Biden é contrário à pena de morte. Ao longo de seu governo, o Departamento de Justiça emitiu uma moratória sobre as execuções no sistema federal, que é diferente das condenações emitidas pelos juízes nos estados.

"Não se enganem: eu condeno esses assassinos, lamento pelas vítimas de seus atos desprezíveis e sinto por todas as famílias que sofreram perdas inimagináveis e irreparáveis", afirmou o presidente em fim de mandato. "Mas, guiado pela minha consciência e minha experiência, estou mais convencido do que nunca de que devemos interromper o uso da pena de morte a nível federal", acrescentou.

Atentados

Os três condenados que não foram beneficiados pela medida presidencial são Djokhar Tsarnaev, um dos autores do ataque contra a maratona de Boston em 2013; Dylann Roof, um supremacista branco que matou nove pessoas negras em uma igreja de Charleston em 2015; e Robert Bowers, condenado por matar 11 pessoas em uma sinagoga de Pittsburgh, em 2018.

Entre os beneficiados, estão nove sentenciados por matar outros prisioneiros, quatro por

Getty Images via AFP



Não se enganem: eu condeno esses assassinos, lamento pelas vítimas de seus atos desprezíveis e sinto por todas as famílias que sofreram perdas inimagináveis e irreparáveis. Mas, guiado pela minha consciência e minha experiência, estou mais convencido do que nunca de que devemos interromper o uso da pena de morte a nível federal"

Joe Biden,
presidente dos EUA em fim de mandato

assassinatos cometidos durante roubos a bancos e um que matou uma guarda penitenciária.

A postura de Biden é diametralmente oposta à de seu sucessor. Em sua campanha eleitoral para retornar à Casa Branca, Trump defendeu a aplicação da pena de morte para punir migrantes que matam cidadãos americanos, assim como contra os traficantes de drogas e de pessoas.

Durante o primeiro mandato do magnata republicano (2017-2021), os Estados Unidos suspenderam uma moratória sobre as execuções na jurisdição federal que estava em vigor desde 2003. Nos últimos seis meses de seu mandato, o país registrou 13 execuções a nível federal, mais do que qualquer outro presidente dos

Estados Unidos em 120 anos.

A última execução foi aplicada por meio de injeção letal em uma penitenciária de Indiana em janeiro de 2021, quatro dias antes de Trump deixar a Casa Branca. A pena de morte foi abolida em 23 dos 50 estados americanos e em outros seis (Arizona, Califórnia, Ohio, Oregon, Pensilvânia e Tennessee) uma moratória está em vigor. Este ano, o país registrou 25 execuções, todas ordenadas na esfera estadual.

Clemência

No último dia 12, Biden comutou as penas de quase 1,5 mil detentos e indultou outros 39 sentenciados por crimes não violentos, num ato que o governo

norte-americano classificou como o maior ato de clemência em um único dia na história do país. "Estou indultando 39 pessoas que demonstraram uma reabilitação bem-sucedida", afirmou o líder democrata, na ocasião.

A Casa Branca informou que os quase 1.500 detentos cujas sentenças foram comutadas — "o maior número da história em um único dia" — estavam em prisão domiciliar há pelo menos um ano. "Os Estados Unidos foram construídos com base na promessa de possibilidades e segundas chances", observou Biden em comunicado divulgado à época. "Como presidente, tenho o grande privilégio de estender a misericórdia a pessoas que demonstraram

remorso e reabilitação", assinalou.

Entre os agraciados, estava um "veterano de guerra condecorado que dedica grande parte de seu tempo a ajudar os membros de sua igreja". Também foi contemplada uma enfermeira "que liderou respostas de emergência durante vários desastres naturais" e um conselheiro em dependência química "que trabalha como voluntário".

Filhos

No começo do mês, Biden sofreu críticas por indultar seu filho, Hunter, condenado em dois casos criminais. Anteriormente, o democrata havia garantido que não o faria. Ao conceder o indulto para o filho, o presidente disse que Hunter tinha se tomado

um alvo por causa do sobrenome e que "políticas grosseiras" haviam contaminado o processo judicial, em alusão a seus inimigos no Partido Republicano.

Em dezembro de 2020, Trump, antecessor e sucessor de Biden, também perdoou o pai de seu genro e conselheiro Jared Kushner, Charles Kushner, que foi condenado em 2004 a dois anos de prisão por crimes fiscais.

O presidente eleito já anunciou que, assim que iniciar o segundo mandato, em 20 de janeiro, perdoará pessoas condenadas ou acusadas pelo ataque ao Capitólio, em 2021. "(O indulto) Vai começar na primeira hora. Talvez nos primeiros nove minutos", disse à revista *Time*, no início do mês.

Trump promete "deter a loucura transgênero"

Ao discursar para jovens conservadores, o presidente eleito dos Estados Unidos, Donald Trump, disse que vai "deter a loucura transgênero" no primeiro dia de seu segundo mandato, que começa em 20 de janeiro do próximo ano. "Assinarei ordens executivas para acabar com a mutilação sexual infantil, tirar os transgêneros do exército e das nossas escolas dos ensinos fundamental e médio", disse o republicano durante a conferência AmericaFest, domingo à noite, em Phoenix, no Arizona.

Ele também prometeu "manter os homens fora dos esportes femininos". "Será política oficial do governo dos Estados Unidos que haja apenas dois gêneros, masculino e feminino", assinalou, incendiando ainda mais um debate que vem agitando a política norte-americana nos últimos anos.

Os estados controlados por democratas e republicanos se movem em direções opostas sobre as políticas voltadas aos transgêneros, como tratamentos

médicos e quais livros sobre o tema são permitidos nas bibliotecas públicas ou escolares.

Ao tratar do tema, muito explorado durante a campanha presidencial, Donald Trump assinalou que uma "nova era" se aproxima com seu retorno à Casa Branca. "Em 20 de janeiro, os Estados Unidos virarão para sempre a página de quatro longos e horríveis anos de fracasso, incompetência e decadência nacional, e inauguraremos uma nova era de paz, prosperidade e grandeza nacional", disse o republicano.

Cartéis

Durante o discurso, Trump também renovou as ameaças contra os cartéis mexicanos, assinalando que vai designá-los "como organizações terroristas estrangeiras". "Vamos fazê-lo imediatamente", afirmou. O presidente eleito retoma, assim, uma iniciativa já mencionada em seu mandato anterior (2017-2021), mas que arquivou

AFP



O republicano anunciou uma "nova era" no país durante discurso no AmericaFest

a pedido do então presidente mexicano, Andrés Manuel López Obrador, que aceitou cooperar no tema da segurança.

A atual presidente e primeira mulher chefe de Estado do México, Claudia Sheinbaum, rejeita a possibilidade de que as máfias mexicanas sejam designadas como terroristas sob o argumento de evitar uma incursão estrangeira que atente contra a soberania do país.

"Nós colaboramos, coordenamos, trabalhamos juntos, mas nunca seremos subordinados. O México é um país livre, soberano, independente e não aceitamos intervencionismos no nosso país", disse Sheinbaum, no fim de semana, ao visitar o estado de Sinaloa, que sofre com uma escalada de violência do crime desde setembro.

Trump reforçou ainda que, assim que assumir o poder, lançará "a maior operação de deportação (de migrantes) da história dos Estados Unidos". Pouco depois, anunciou a nomeação de Mauricio Claver-Carone, ex-presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), como enviado especial do Departamento de Estado para a América Latina, com o objetivo de "colocar os interesses dos Estados Unidos em primeiro lugar" no momento de "restabelecer a ordem" nas fronteiras. "Ele conhece as graves ameaças que enfrentamos devido à imigração ilegal em massa e ao fentanil", afirmou.

O magnata republicano também redobrou o compromisso de retomar o controle norte-americano do Canal do Panamá. Segundo ele, os panamenhos "não têm nos tratado com justiça" na operação do canal. Em resposta, o presidente José Raúl Mulino, pediu respeito. "Cada metro quadrado do canal do Panamá e suas zonas adjacentes são do Panamá e continuarão sendo", reagiu.